

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO
CURSO: CULTURA, EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

**Alzira Rufino e o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista:
nós, mulheres negras, resistimos**

Lorrayne Thayse Pereira França

São Paulo
2022

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO
CURSO: CULTURA, EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

**Alzira Rufino e o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista:
nós, mulheres negras, resistimos**

Lorrayne Thayse Pereira França

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Especialista em Cultura, Educação e
Relações étnicoraciais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Tatiana Cavalcante

São Paulo
2022

ALZIRA RUFINO E O COLETIVO DE MULHERES NEGRAS DA BAIXADA SANTISTA: NÓS, MULHERES NEGRAS, RESISTIMOS¹

Lorrayne Thayse Pereira França²

Resumo: Mulheres negras sempre estiveram na linha de frente atuando pelo fim das opressões. Contudo, nos anos 1970 e 1980, essas mulheres negras passaram a se unir em coletivos com maior expressividade entre os movimentos sociais, buscando lugares seguros para discutirem as suas demandas e se fortalecerem. Uma mulher que se destacou por suas ações em prol do coletivo foi a escritora, enfermeira e ativista Alzira Rufino, que, entre outras ações, fundou o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, região do litoral sul do estado de São Paulo, que mais tarde se tornou a Casa de Cultura da Mulher Negra. Este artigo conta os feitos de Alzira enquanto ativista pelos direitos das mulheres durante os mais de 30 anos em que esteve à frente das organizações de mulheres. O referencial teórico se baseia na produção de Lélia Gonzalez para entendimento do contexto histórico, e da autobiografia escrita por Alzira Rufino para compreender a sua trajetória, os seus objetivos e as suas realizações. Como método de pesquisa foram realizadas entrevistas com mulheres que fizeram parte de movimentos sociais nos anos 1970 e 1980: Sandra Cavalcante e Adenir Dias dos Santos; com a jornalista que atuou na Casa de Cultura da Mulher Negra entres anos 2003 e 2005, Eliane de Souza Almeida, e com a própria Alzira Rufino.

Palavras-chave: Alzira Rufino; Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista; Casa de Cultura da Mulher Negra; mulheres negras; movimentos de mulheres; movimento negro.

Abstract: Black women have always been on the front lines, working to end oppression. However, in the 1970s and 1980s, these black women began to unite in collectives with greater expression among social movements, seeking safe places to

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como condição para obtenção do título de especialista em Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais pelo Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, Celacc, da Universidade de São Paulo (USP).

² Pós-graduanda em Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais. E-mail: lorrynetpfranca@gmail.com

discuss their demands and strengthen themselves. A woman who stood out for her actions in favor of the collective was the writer, nurse and activist Alzira Rufino, who, among other actions, founded the Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, a region on the south coast of the state of São Paulo, which most later became the Casa de Cultura da Mulher Negra. This article tells of Alzira's accomplishments as an activist for women's rights during the more than 30 years in which she was at the head of women's organizations. The theoretical framework is based on the production of Lélia Gonzalez to understand the historical context, and the autobiography written by Alzira Rufino to understand her trajectory, her goals and her achievements. As a research method, interviews were conducted with women who were part of social movements in the 1970s and 1980s: Sandra Cavalcante and Adenir Dias dos Santos; with the journalist who worked at the Casa de Cultura da Mulher Negra between 2003 and 2005, Eliane de Souza Almeida, and with Alzira Rufino herself.

Key words: Alzira Rufino; Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista; Casa de Cultura da Mulher Negra; black women's; women's movement; black movement.

Introdução

A especialização em Cultura, Educação e Relações Ético-Raciais (Etnocult) faz parte de uma jornada pessoal de resgate do conhecimento sobre as contribuições dos meus ancestrais para a construção do Brasil. Informações as quais eu acredito que deveria ter tido acesso no ensino básico. Ao realizar essa especialização o meu objetivo era me apropriar desse conhecimento para encontrar meu lugar no mundo e oferecer letramento racial para os meus filhos Dante e Ícaro.

Os aprendizados ao longo do curso foram muitos e dentre tantas descobertas, escolher um tema de pesquisa foi um desafio. Contudo, um conceito que chamou a minha atenção foi o lugar seguro, de Patricia Hill Collins:

Embora a dominação seja inevitável como fato social, é improvável que seja hegemônica como ideologia dentro dos espaços sociais nos quais as mulheres negras falam livremente. Essa esfera de discurso relativamente seguro, embora restrita, é uma condição necessária para a resistência de mulheres negras. As famílias extensas, as igrejas e as organizações comunitárias afro-americanas são locais importantes, nos quais há possibilidades de expressar um discurso seguro. Esses espaços não são apenas seguros - eles formam locais privilegiados de resistência à objetificação como o Outro. (COLLINS, 2019, p. 185)

A turma do Etnocult foi o meu lugar seguro. Fui positivamente surpreendida e me senti acolhida ao ingressar em uma especialização e encontrar tantas pessoas negras e dispostas a compartilhar seus conhecimentos, suas experiências e também suas dores e agir em coletividade. Entendi que gostaria de realizar a minha pesquisa sobre um espaço que representasse esse conceito e escolhi estudar o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, fundado por Alzira Rufino.

O protagonismo e a liderança das mulheres negras enquanto agentes de mudança social ficaram evidentes ao longo da pesquisa. A frase da médica e ativista Jurema Werneck, "*Nossos passos vêm de longe*" ganhou novos sentidos para mim após a construção deste artigo. Sinto orgulho ao me aprofundar em uma história de luta e resistência ao mesmo tempo em que me perturba perceber que os mesmos temas são discutidos há tantos anos com avanços e retrocessos.

Mulheres negras sempre estiveram na linha de frente do debate intelectual e da atuação política e social pelo fim das opressões. Lélia Gonzalez foi uma das principais articuladoras para a fundação no Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978. Quando a ditadura passou a se dissolver e novos partidos políticos foram criados, Alzira Rufino participou da criação do diretório do Partido dos Trabalhadores

(PT) em Santos (SP) junto com outras companheiras, em 1979. A professora e ativista Sandra Cavalcante³, que nos anos 1970 e 1980 fez parte do Movimento de Mulheres Metalúrgicas e da Associação Regional de Mulheres Margarida Alves (ARMMA), organizações de mulheres na Baixada Santista, contou sobre como se organizavam montando cestas básicas e levando para o Grande ABC, região metropolitana de São Paulo, quando realizou-se a greve geral nas indústrias, naquela década, possibilitando que as famílias dos grevistas tivessem as suas necessidades básicas supridas.

Os exemplos são muitos e os registros sobre esses grandes atos são insuficientes para demonstrar a importância dessas mulheres, principalmente os atos regionalizados. Com Alzira Rufino não foi diferente. O meu sentimento é de que os registros sobre as ações idealizadas e realizadas por essa mulher, que atuou como uma liderança fundamental não só do movimento de mulheres, mas do movimento negro nacional, são insuficientes frente à dimensão da sua importância.

Essa pesquisa busca resgatar a trajetória de Alzira com ela em vida, para que seus passos também sejam objeto de resgate de forças na luta contra o racismo, o machismo e outras opressões que nos atravessam por conta de intersecções de identidade. Para isso, me debrucei sobre a produção de Lélia Gonzalez para compreender a conjuntura política, econômica e social dos anos 1970 e 1980, principalmente. E também conversei com ativistas que fizeram parte dos movimentos de mulheres da Baixada Santista no período, Sandra Cavalcante e Adenir Dias dos Santos, e com a jornalista Eliane de Souza Almeida, que atuou na Casa de Cultura da Mulher Negra (CCMN) entre os anos 2003 e 2005.

O início da trajetória de Alzira Rufino

Nascida em Santos (SP), na noite de 5 de julho de 1949, Rufino é filha de uma dona de casa e de um doqueiro do Porto da cidade. Na autobiografia que escreveu (2019), relata uma infância comum às crianças pretas e pobres: dificuldades financeiras, violência doméstica e racismo. Viveu em cortiços, sua mãe realizava trabalhos informais para ajudar na renda da família, e Alzira e seu irmão mais novo a acompanhavam e começaram a trabalhar ainda crianças, já que muitas vezes o salário recebido pelo pai era gasto no bar.

³ Entrevista concedida à autora em 23 de julho de 2022.

Minha mãe era uma guerreira, um exemplo a sua determinação. Muito orgulho e respeito por herdar muita coisa dela. Nunca desistiu de procurar novas alternativas para sobreviver e nunca se dava por vencida. (RUFINO, 2019, p. 41)

Estudou em uma escola particular da cidade, o Colégio do Carmo, e aos 9 anos ouviu de uma amiga da classe que, para que continuassem a se falar, Alzira deveria ficar branca. Por gostar muito da amiga, tomou água sanitária para tentar se embranquecer e, por essa razão, foi hospitalizada em coma.

As memórias mais felizes de sua infância se referem às festas juninas e ao Carnaval. Não foi à toa que, na 3ª série, ganhou o primeiro prêmio de redação ao escrever sobre a primeira festividade. Da segunda, participava ativamente da produção e uma de suas frases mais conhecidas é *“Mulheres negras: produzam o show e assinem a direção”*, pois em suas experiências nos bastidores dos Carnavais já percebia o quanto o trabalho das mulheres era fundamental, porém invisibilizado.

Ao chegar à adolescência, seus pais entenderam que deveriam prepará-la para ser uma boa esposa, conforme o conceito da época, e deixaram de investir em sua educação formal. Mas ela continuou estudando e conciliando as aulas com o trabalho. Mereceu destaque em sua autobiografia o período em que atuou como auxiliar de cozinha na Santa Casa de Misericórdia de Santos. Alzira relata o racismo que sofria por parte das nutricionistas japonesas que trabalhavam com ela no hospital. Por não aceitar a forma como era tratada, optou por se demitir e, sem oportunidades de trabalho na Baixada Santista, migrou para a cidade de São Paulo, onde realizou diversos cursos de auxiliar na área da Saúde até que formou-se em Enfermagem.

Enfraquecimento da ditadura e crescimento do movimento negro

Até esse momento, a vida de Alzira se assemelhava a de tantos brasileiros e brasileiras de sua época. Uma realidade de privações e luta constante por melhores condições de vida. O Brasil vivia uma ditadura militar e, segundo Gonzalez (2022), o golpe de 1964 tinha como objetivo estabelecer uma “nova ordem” e, para isso, era necessário substituir o modelo econômico vigente e pacificar a sociedade civil.

A “pacificação” foi obtida por meio da repressão a movimentos sociais, criminalização das ações de oposição, prisões e tortura de opositores ao regime ditatorial. Esses acontecimentos impactaram diretamente os movimentos negros e

as discussões sobre as relações raciais no Brasil. Segundo o portal Memórias da Ditadura⁴, durante esse período, a atuação dos movimentos sociais era restrita, pois produções culturais, reuniões e manifestações contra o preconceito e a discriminação poderiam ser considerados como subversivos e atentados à segurança nacional, já que a negação do racismo era o discurso oficial.

O exílio de dois líderes do movimento negro, o fundador do Teatro Experimental do Negro (TEN) Abdias do Nascimento e o deputado Guerreiro Ramos, contribuíram para o sentimento de terror e medo que acometia a sociedade brasileira e também a militância negra. O silenciamento imposto pelo regime ditatorial resultou na desarticulação dos movimentos negros. Mais de 40 líderes negros foram assassinados ou desaparecidos durante a ditadura militar.

Com a repressão, a “paz social” foi conquistada e o ambiente se tornou favorável para um novo modelo econômico, no qual Estado, multinacionais e capital interno formaram a Tríplice Aliança que resultou no “milagre econômico brasileiro”. Contudo, Gonzalez (2020) explica que todos esses processos resultaram no empobrecimento da população trabalhadora, ou seja, de grande parte dos negros brasileiros, pois com a chegada das multinacionais, as pequenas empresas, que eram as principais contratantes dos trabalhadores negros, fecharam. E as pequenas propriedades rurais deram lugar aos grandes latifúndios. O empobrecimento da classe trabalhadora expôs as contradições do sistema econômico implementado e o “milagre” não se sustentou: “(...) diferentes setores da sociedade, estudantes, operários e trabalhadores em geral, começaram a contestar o regime” (GONZALEZ, 2020, p. 115).

Foi nesse contexto que, no final da década de 1970, novos movimentos de cultura negra passaram a atuar no Sudeste do país e em 16 de junho de 1978, ano de Copa de Mundo e em véspera de jogo entre Brasil e Argentina, foi criado o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR), que mais tarde passou a ser denominado somente Movimento Negro Unificado (MNU). Segundo Gonzalez (2020), a tortura e o assassinato do operário negro Robson Silveira da Luz por policiais e a exclusão de quatro adolescentes negros do time de vôlei do Clube Tietê foram fatores decisivos para a fundação do MNU, que teve como primeiro grande ato uma manifestação no Viaduto do Chá, no centro de São

⁴ Disponível em <<https://memoriasdaditadura.org.br/cnv-e-negros/>> Acesso em 15/10/2022.

Paulo, ação extremamente audaciosa, considerando a vigência da ditadura militar. Gonzalez assim descreveu os objetivos do movimento:

Seu objetivo fundamental consiste na mobilização e organização do povo negro para lutar contra a superexploração econômica de que tem sido objeto, assim como contra a “mais valia” cultural e ideológica dele extraída pelo grupo branco dominante. (GONZALEZ, 2020, p. 48)

Movimento negro e a política

A ditadura militar também havia dissolvido todos os partidos políticos e criado apenas dois: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Entretanto, em 1978, o Brasil deixou de possuir essa estrutura bipartidária e novos partidos políticos puderam voltar a ser criados. Conforme destacaram Leitão e Silva (2017), esse contexto político também influenciou a reorganização do movimento negro.

(...) O debate que criou os novos partidos, principalmente os partidos de esquerda ou populares, está diretamente ligado à efervescência social que vivenciava o país. A abertura para a criação de novos partidos gerou muitas expectativas nos militantes da esquerda brasileira, muitos deles lideranças de movimentos sociais como o próprio Movimento Negro. Essa oportunidade de acesso à política partidária foi encarada por muitos ativistas e organizações sociais como a possibilidade de disputa concreta de espaços políticos institucionalizados (prefeituras, governos estaduais e cadeiras nos legislativos municipais, estaduais e nacional). (LEITÃO, SILVA, 2017)

Apesar de praticamente todos os partidos políticos criados neste período defederem a questão racial, foi naqueles que se originaram do MDB, a oposição à ditadura, que o movimento negro teve maior espaço de participação, especialmente no Partido Democrático Trabalhista (PDT), no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e no Partido dos Trabalhadores (PT).

Feminegra

Alzira não fazia parte de movimentos sociais neste período, mas a busca por justiça sempre esteve presente em sua trajetória. Ainda criança contou para seus pais sobre um senhor que pagava para que crianças e adolescentes subissem no muro e ele pudesse olhar por debaixo de suas saias. O senhor casado e branco, acusou Alzira de mentirosa e sua família, que passou a sofrer represálias, foi obrigada a se mudar de bairro.

Durante a faculdade de Enfermagem, ela iniciou um protesto contra uma professora que tentou realizar uma prova surpresa. Convenceu os colegas de sala a não fazerem a prova e a docente teve que voltar atrás em sua decisão. Ao final do curso, foi a oradora da turma, mas por estar doente e hospitalizada na data da formatura, uma colega leu o seu discurso e ela foi buscar o diploma de ambulância. Na ocasião, foi aplaudida por todos os presentes e destacou a emoção deste dia em suas memórias.

Com o diploma de enfermeira, trabalhou em hospitais na cidade de São Paulo e no final da década de 1970 retornou a Santos para cuidar de sua mãe. Funcionária da Casa de Saúde de Santos, conheceu a então professora Telma de Sousa, que ia ao hospital para visitar a própria mãe, que estava internada. Ela convidou Alzira para participar das reuniões de um grupo que defendia o direito dos trabalhadores e estava pensando em fundar um partido.

Foi significativa a participação nas reuniões, o acesso às informações e à leitura de jornais alternativos que não se encontravam nas bancas. Participar de mobilização de greves, ir às portas das fábricas no ABCD, panfletar ideias e distribuir periódicos consolidaram a minha formação política. Em 1979, juntamente com Telma, Beatriz, Edméa e outros companheiros, fundamos o Diretório do Partido dos Trabalhadores na cidade de Santos. (RUFINO, 2019, p. 69)

Nesse período, a consciência racial e social de Alzira estavam consolidadas. E os contatos que teve com Lélia Gonzalez, por quem possui uma enorme admiração, foram fundamentais para potencializar o seu entendimento sobre as questões de gênero. Gonzalez incentivava o protagonismo feminino e dizia às mulheres que não esperassem autorizações ou serem escolhidas pelos partidos políticos para atuarem coletivamente (RUFINO, 2019, p. 72).

No entanto, a equidade de gênero não era prioridade para o partido, que considerava que todos eram trabalhadores e que as discriminações aconteciam por serem pobres. Alzira (2019) ouviu que não deveria causar "intriga" entre homens e mulheres. Alzira nunca se desfilou do partido, mas se afastou do PT em 1990.

Movimentos de mulheres negras

As mulheres sempre atuaram na linha de frente, coordenando e executando ações fundamentais na luta por justiça social. Nas greves gerais realizadas no final dos anos 1970, as mulheres se organizavam para arrecadar mantimentos e levavam

cestas básicas de ônibus da Baixada Santista para o Grande ABC, para que as famílias dos manifestantes se mantivessem abastecidas, como relatou a professora e ativista Sandra Cavalcante⁵. A professora e ativista Adenir Dias dos Santos⁶, que foi uma das fundadoras diretório do Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade de Guarujá e, que assim como Sandra, fez parte da Associação Regional de Mulheres Margarida Alves (ARMMA), destacou as ações de apoio às mães, em prol da educação e da inserção de mulheres no mercado de trabalho formal.

Contudo, nos ambientes de debate social e político, as possibilidades para que as mulheres negras pudessem discutir a multiplicidade de violências a que eram e continuam sendo submetidas, e outros temas de seus interesses, eram quase nulas. Gonzalez (2020) discorre sobre a urgência que existia de aprofundar a reflexão:

Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. E isso começou a incomodar." (GONZALEZ, 2020, p. 77)

Nos encontros dos movimentos negros, até mesmo antes da criação do MNU, as mulheres se reuniam separadamente para, depois, se unirem todos para que fossem discutidos os problemas comuns (GONZALEZ, 2020). Ao se deparar com o machismo no movimento negro, as mulheres negras acreditaram que encontrariam acolhimento no movimento de mulheres. Afinal, as feministas se empenharam em pautas que impactaram diretamente mulheres de baixa renda, que são negras em sua grande maioria, como a lutas por creches e pela descriminalização do aborto, entre outras ações (CARNEIRO, 2003). Entretanto, no movimento feminista se depararam com o racismo.

Nossos parceiros do movimento reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tentam nos excluir da esfera de decisão do movimento. E é justamente por esse motivo que buscamos o movimento de mulheres, a teoria e a prática feministas, acreditando poder encontrar ali uma solidariedade tão cara à questão racial: a irmandade. Contudo, o que realmente encontramos são as práticas de exclusão e dominação racistas. (GONZALEZ, 2020, p.148)

⁵ Entrevista concedida à autora em 23 de julho de 2022.

⁶ Entrevista concedida à autora em 2 de agosto de 2022.

Por isso, Gonzalez explica que as mulheres negras se organizavam a partir do movimento negro, e não do movimento de mulheres:

“No caso da dissolução de qualquer grupo, a tendência é continuar a militância dentro do movimento negro, onde, apesar de tudo, nossa rebelião e nosso espírito crítico ocorrem em um clima de maior familiaridade histórica e cultural (...)” (GONZALEZ, 2020, p. 149)

Diante de todas as adversidades, as mulheres negras sempre criaram lugares seguros para se expressarem. E a frase de Alzira “*Eu, mulher negra, resisto*” expressa perfeitamente essa realidade. Sem local de escuta no movimento negro e nem no movimentos de mulheres, a mulheres negras se uniram e se organizaram em coletivos para discutirem as suas demandas e agirem nas soluções de dores em comum. As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela criação de diversos grupos de mulheres negras por todo o Brasil. No Rio de Janeiro, havia o Aqualtune (1979), o Luísa Mahin (1980), o Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (1982), o Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras (1983) e o Centro de Mulheres de Favelas e Periferias (1983). Em São Paulo, além do Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista (1984), havia o Coletivo de Mulheres Negras de SP (1982), o Geledés - Instituto da Mulher Negra (1988), além das organizações nas periferias da cidade. Em Minas Gerais, a Casa Dandara (1987), criada em Belo Horizonte. Na Bahia, o Grupo de Mulheres do MNU e o Grupo de Mulheres do Calabar. No Maranhão, o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa. Certamente existiram outros grupos que não foram mapeados ao longo dessa pesquisa. E Gonzalez (2019) ainda ressalta os grupos institucionais, como o Conselho Nacional e os Conselhos Estaduais e Municipais da Mulher, com destaque para a Comissão de Mulheres Negras do Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo, do qual fez parte Sueli Carneiro.

Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista

Alzira atuava como militante partidária, mas como sempre teve facilidade com a escrita, usou os meios de comunicação para expor as suas opiniões e denunciar as mazelas vividas pelo povo preto e cutucar o sistema. E essa não era uma tarefa fácil. Afinal, além do país ainda viver um ditadura, era uma mulher negra falando por ela mesma. Essa atuação “incomodava muita gente” (RUFINO, 2019). A

militância de esquerda considerava a pauta social mais importante do que a racial. Acreditavam que os problemas acometiam as pessoas por serem pobres, e não tinham relação com a cor da pele. Esse também era um posicionamento do PT e, a partir da resistência encontrada no partido para atuar nas questões relacionadas à raça e gênero, Alzira fundou o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, que era apartidário:

Já estávamos consolidadas e sabíamos o que queríamos, não dava para adiar mais. Em dezembro de 1984, sem o aval partidário, radicalizei e fundamos o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista no meu apartamento. (RUFINO, 2019, p. 80)

Em entrevista realizada com Alzira, ela destaca como ação de maior destaque do Coletivo o processo contra a Agência Mazzini, uma intermediadora de empregos. Em 13 de abril de 1986, a empresa publicou em um jornal de grande circulação da região, o jornal A Tribuna, um anúncio no qual buscava uma secretária para a diretoria de uma empresa que deveria ter boa aparência, ser alta e branca, além de solteira e ter entre 20 e 29 anos. O racismo e o machismo contidos no anúncio não passaram despercebidos. Alzira, representando o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, junto com Tereza Cristina da Mota dos Santos, representante do Coordenação Oito de Março, da então vereadora da cidade de Santos Telma de Souza e da advogada Marília Saraiva Campos, registraram um boletim de ocorrência contra a empresa responsável pelo anúncio por discriminação racial e às mulheres. Alzira destaca esta iniciativa como um divisor de águas em sua atuação pelos direitos das mulheres e de pessoas negras. Mulheres negras questionando uma grande empresa por um anúncio racista e machista. Além do boletim de ocorrência, foram realizados protestos e atos de repúdio no decorrer do processo. Ela desconhece que outro feito deste tipo tenha sido realizado anteriormente.

O Coletivo foi responsável por ações em prol do resgate da autoestima do povo preto e da divulgação de sua riqueza cultural e histórica. Em 1987, fundaram o coral infantil OMÓ OYÁ e o grupo de dança afro AJAÍNA. A comunicação, tão cara para Alzira, também estava entre as ações do Coletivo que, entre os anos de 1987 e 1990, publicou três cartilhas e um boletim informativo, com o objetivo de resgatar e divulgar conteúdo sobre a cultura negra.

Era uma preocupação da organização cobrar os movimentos de mulheres para que abordassem as questões de raça. Ainda no ano de 1987, uma carta aberta foi apresentada no 9º Encontro Nacional Feminista em Pernambuco. Durante este evento iniciou-se uma Articulação Nacional de Mulheres Negras, que após reuniões em Salvador, Brasília e São Paulo deu origem ao 1º Encontro de Mulheres Negras a nível nacional, realizado em dezembro de 1988, em Valença (RJ).

Quanto ao Coletivo, formávamos nosso mundo à parte. Éramos diferentes das demais pela aparência: cabelos trançados e roupas afros. Nossos protestos eram pacíficos, mas eficientes nos resultados. Nossas manifestações tinham slogans específicos sobre a exclusão. Acreditávamos num modo de vida coletivo. Eu sentia que precisava e procurava, à minha maneira e experiência, organizar as comunidades de mulheres para utilizar a cultura negra como reivindicação e não só para abrilhantar eventos em datas comemorativas. O Coletivo de Mulheres Negras reagia ao patriarcalismo, poder governamental, capitalismo selvagem de consumo, às corporações industriais, à massificação e ao autoritarismo. Convergiram nossos projetos de vida para uma nova forma de evoluir cultural e politicamente, tendo como foco a mulher negra. (RUFINO, 2019, p. 146)

Em 1989, o Coletivo realizou o 1º Encontro de Mulheres Negras da Baixada Santista e neste evento foi aprovada uma proposta para que tivesse uma sede e personalidade jurídica. A partir daí, foi criada a Casa de Cultura da Mulher Negra (CCMN), inaugurada em janeiro do ano seguinte, que é descrita por Alzira (2019) como uma “instituição privada de utilidade pública”.

A CCMN foi um importante espaço de apoio para mulheres vítimas de violência doméstica e tinha o Programa Violência Racial, Doméstica e Sexual, por meio do qual eram oferecidas assistência jurídica e psicológica. Quase mil pessoas foram assistidas entre os anos de 2001 e 2003. Em 2004, a mobilização ganhou mais material: foi lançado o livro *Violência Contra a Mulher Saúde - Um Olhar da Mulher Negra*, que contém artigos e um guia para profissionais de saúde sobre a temática.

O lugar oferecia cursos profissionalizantes e formações em estética negra, como alongamento e tranças de cabelo. Em parceria com famílias negras, foi criada outra iniciativa, o Cooper Afro, para a oferta de serviços diversos, como eletricitistas, pedreiros, encanadores, manicures e maquiadores. Na Casa, ainda havia um restaurante, que além de difundir a culinária afro-brasileira empregava e capacitava mulheres negras. O local era espaço de festas dos mais variados tipos e também recebia turistas.

A organização tinha um Núcleo de Educação e Comunicação que contava com profissionais que realizavam a assessoria de imprensa da CCMN, produziam boletins informativos, a revista Eparrei e cobriam eventos relevantes para a comunidade negra. O primeiro boletim eletrônico foi criado em 2001 com o objetivo de divulgar os acontecimentos da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Durban, na África do Sul, naquele ano.

A jornalista Eliane de Souza Almeida⁷, que foi responsável pela revista Eparrei de 2003 a 2005, ressalta que "a Casa de Cultura da Mulher Negra era de fato um espaço de união de mulheres fortíssimas que tinham como objetivo transformar a sociedade brasileira a partir da educação". Como profissional, Eliane destacou a cobertura do aniversário de 90 anos de Abdias do Nascimento e a entrevista com a atriz Chica Xavier, como marcos importantes em sua carreira. Contudo, o tempo em que atuou no Núcleo de Educação e Comunicação também foi de grande importância para a sua trajetória pessoal:

A minha primeira viagem de avião foi pela Casa de Cultura da Mulher Negra e foi um marco na minha vida pra entender o meu papel político enquanto mulher negra. Até então eu estava trabalhando, eu era uma jornalista, no ofício de jornalista. Quando eu fui para essa primeira viagem, que foi para Brasília, eu não tinha a menor noção do que ia acontecer naquele lugar. Era a 1ª Conferência de Políticas Públicas para Mulheres. Quando eu cheguei em Brasília só tinha mulher naquele aeroporto, mulher preta e indígena. A gente tomou conta daquele aeroporto. A coisa mais linda do mundo. O hotel era todo só a gente. Então tinha ritual das mães de santo de manhã, ritual das mulheres indígenas de manhã, de tarde tinha o ritual do pôr do sol. Aí você tem aquele universo que trabalha o sagrado dentro da política. É algo transformador, que só vivenciando. Eu voltei outra dessa experiência.⁸

A Casa tinha também o Centro de Documentação Carolina Maria de Jesus, que reunia um rico acervo sobre a cultura negra e servia de referência para professores e pesquisadores. Em 1997, foi lançada a campanha "Por uma educação sem discriminação" e por mais de 10 anos foram realizados eventos, seminários e workshops para promover a formação de professores em prol de uma educação antirracista, antes mesmo da aprovação da Lei 10.639⁹, de 2003, que tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas de ensino Fundamental e Médio.

⁷ Entrevista concedida à autora em 16 de junho de 2022.

⁸ Entrevista concedida à autora em 16 de junho de 2022.

⁹ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> Acesso em 16/10/2022.

A CMN encerrou as atividades em 2019 e ao longo de quase 30 anos atuou na promoção da cultura negra na Baixada Santista e também participou ativamente de discussões extremamente relevantes para a população negra de todo o Brasil até quando se manteve ativa. Alzira presidiu a Casa por todo esse período, mas sua luta pelos direitos das mulheres e das pessoas negras não se restringiram à organização. Foi uma das responsáveis pela criação da Casa-Abrigo de Santos, em 2000, tendo influenciado a instalação, em diversos municípios brasileiros, de serviços voltados para as mulheres. Apoiou a elaboração de leis contra o racismo e a violência contra a mulher na Baixada Santista e a Lei nº 10.778¹⁰, de 2003, que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.

Ao longo de sua trajetória, foi reconhecida e homenageada por diversas organizações, como Mulher do Ano, pelo Conselho Nacional da Mulher Brasileira, em 1991. No ano seguinte, foi a primeira mulher negra a receber o título de Cidadã Emérita, pela Câmara Municipal de Santos. Em 2009, recebeu o IV Prêmio África Brasil, pelo Centro Cultural Africano, e em 2014, a Medalha Ruth Cardoso, pelo Conselho Estadual da Condição Feminina e Assembleia Legislativa de São Paulo. Já em 2016 recebeu o Prêmio Dandara pelo Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CMPDCN) e a Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial e Étnica (Copire) da Prefeitura de Santos.

Entre os anos de 1995 e 1998, exerceu a função de coordenadora da Rede Feminista Latino-Americana e do Caribe contra a Violência Doméstica, Sexual e Racial, na sub-região Brasil. Além disso, em 2005, foi uma das 52 mulheres brasileiras indicadas para o Projeto 1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz.

Como escritora, possui ensaios, contos, crônicas, poesias, romance, livro infantil e também escreveu sua autobiografia, intitulada “Eu, Alzira Rufino, resisto”, lançada em 2019. Foi a primeira escritora negra a ter seu depoimento gravado no Museu de Literatura Mário de Andrade, em São Paulo.

Considerações finais

A relevância do trabalho realizado por Alzira Rufino por meio do Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista e mais tarde da Casa de Cultura da Mulher Negra é indiscutível. E apesar de estar localizada no litoral de São Paulo, mesmo

¹⁰ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.778.htm> Acesso em 16/10/2022.

em uma época em que as informações não se propagavam pela internet com a rapidez e o alcance dos dias atuais, Alzira conseguiu impactar mulheres negras de todo o país, por meio de suas ideias e da sua presença em eventos até fora do Brasil. Além da revista Eparrei, que é um importante acervo para a comunidade negra, e tem as suas edições disponíveis na internet.

Ainda que hoje nos encontremos em um período de retrocessos, a luta de todos os que vieram antes não pode ser desconsiderada e os avanços obtidos precisam ser exaltados e celebrados. Se o sistema racista no qual vivemos invisibiliza pessoas negras, é nosso dever resgatar essas histórias e registrá-las para que sejam referência e inspiração para as gerações futuras. Preferencialmente, com essas grandes personalidades ainda em vida. Esse foi o objetivo desta pesquisa que buscou mostrar a trajetória de resistência, lutas e conquistas da grande ativista brasileira que é Alzira Rufino.

Referências

Alzira dos Santos Rufino. Literafro, 2019. Disponível em <<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/528-alzira-dos-santos-rufino>> Acesso em 8/04/2022

Alzira Rufino. Jornal Vicentino, 2007. Disponível em <<https://www.jornalvicentino.com.br/personalidades/alzira-rufino/>> Acesso em 8/04/2022

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento.** Revista de Estudos Avançados. São Paulo, v.17, n. 49, p. 117 - 133, Set/ Dez. de 2003.

CNV e negros. Memórias da Ditadura. Disponível em <<https://memoriasdaditadura.org.br/cnv-e-negros/>> Acesso em 23/04/2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política de empoderamento.** São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Sandra Santana da. **Trajetória do feminismo negro no Brasil: movimentos e ações políticas.** Disponível em: <https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602116817_ARQUIVO_df4175bcc27d056ca1e5bb1b397a560a.pdf> Acesso em 8/04/2022

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos** / organização Flavia Rios, Marcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro.** Ed Kindle. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

LEITÃO, Leonardo Rafael Santos; SILVA, Marcelo Kunrath. **Institucionalização e contestação: as lutas do Movimento Negro no Brasil (1970 - 1990).** Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 16 - Nº 37 - Set./Dez. de 2017. Disponível em <<https://doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n37p315>> Acesso em 4/06/2022.

LOPES, Nei. **Afro-Brasil reluzente: 100 personalidades notáveis do século XX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil.** Rio de Janeiro: Pallas, 2013

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez.** São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIBEIRO, Charles. **Alzira Rufino.** Afro-históricos, 2019. Disponível em <<https://afrohistoricos.com.br/personalidade/alzira-rufino/>> Acesso em 23/04/2022

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Máximo. **Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro.** Disponível em <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/GYt9tjpSqnHgy6tV7JF8D6c/?lang=pt#>> Acesso em 23/04/2022

RUFINO, Alzira. **Eu, Alzira Rufino, resisto**. Santos: edição da autora, 2019.

Sem apoio e sem sede, Casa da Cultura da Mulher Negra pede ajuda. Geledés, 2014. Disponível em <https://www.geledes.org.br/sem-apoio-e-sem-sede-casa-da-cultura-da-mulher-negra-pede-ajuda/> Acesso em 23/02/2022